

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.335.542 - RJ (2018/0187854-9)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : NILCEA NEDER CARDOSO**  
**ADVOGADOS : SERGIO BERMUDEZ - RJ017587**  
**ALEXANDRE FONSECA DA ROSA - RJ147580**  
**CAETANO FALCÃO DE BERENGUER CESAR - RJ135124**  
**FÁBIO MANTUANO PRINCIPE MARTINS - RJ181783**  
**ANA VICTORIA PELLICCIONE DA CUNHA - RJ215098**  
**AGRAVANTE : CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RJ**  
**ADVOGADO : CLAUDIO RODRIGO GUEDES FERRO LAMEGO - RJ150236**  
**AGRAVADO : FRANCISCO JOSÉ BARBOSA NOBRE**  
**AGRAVADO : RITA DE CASSIA LINHARES DE CARVALHO NOBRE**  
**ADVOGADO : AIRTON DE ALCANTARA MACIEL - RJ102717**  
**INTERES. : UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA**  
**ADVOGADOS : EDUARDO LOPES DE OLIVEIRA - RJ080687**  
**DANIEL LYONS - RJ118911**  
**INTERES. : LUCIA ABRAHAO**  
**ADVOGADOS : LUIZ MARCELO PEIXOTO LUBANCO - RJ079740**  
**EDUARDO OLIVEIRA MACHADO DE SOUZA ABRAHÃO - RJ167462**  
**INTERES. : TANIA MARIA GUIMARAES DA COSTA**  
**INTERES. : LUIZ FERNANDO SAUBERMANN**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por NILCEA NEDER CARDOSO contra a decisão que inadmitiu o recurso especial.

Compulsando os autos, verifica-se que FRANCISCO JOSE BARBOSA e RITA DE CÁSSIA LINHARES DE CARVALHO ajuizaram ação de responsabilidade civil em face da CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAARJ, RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.- UNIMED, NILCEA NEDER CARDOSO, TANIA MARA GUIMARÃES DA COSTA NICOLAU, LUIZ FERNANDO SAUBERMANN e LÚCIA ABRAHÃO, objetivando a condenação solidária dos réus a pagarem indenização por danos materiais, no valor de R\$ 59.961,25 (cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos), indenização por danos morais, em valor a ser arbitrado pelo juízo, bem como verba para tratamento psicoterápico pelo tempo que se mostre necessário visando a condenação do ora agravante, alegando a ocorrência de erro médico que resultou na morte de seu filho .

Alegam, para tanto, que, em decorrência de falhas na conduta técnica por parte da equipe médica, seu filho teve sofrimento fetal agudo, sofrendo, em consequência, de síndrome hipóxico-isquêmica, que o tornou portador de gravíssima encefalopatia crônica não progressiva. Aduzem que durante o tempo de vida do seu filho, foram ininterruptas as internações hospitalares e domiciliares ("home care"), além de procedimentos cirúrgicos, até seu falecimento em 10/11/2008.

Após os trâmites regulares, foi proferida sentença nos seguintes termos (fl. 1.633, e-STJ):

- a) julgou procedente em parte o pedido para condenar a primeira e a terceira rés - respectivamente, CAARJ e NILCEA NEDER CARDOSO solidariamente, ao pagamento dos danos materiais experimentados pelos autores, especificamente os gastos incorridos com fisioterapia e fonoaudiologia devidamente documentados nos autos, bem como a pagar-lhes compensação pelo dano moral sofrido, mediante pagamento da quantia de R\$ 250.000, 00 (duzentos e cinquenta mil reais), para cada autor;
- b) julgou improcedente o pedido com relação ao segundo, quarto, quinto e sexto réus - respectivamente, RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA. - UNIMED, TANIA MARIA GUIMARÃES DA COSTA NICOLAU, LUIZ FERNANDO SAUBERMANN e LÚCIA ABRAHÃO;
- c) reconheceu a sucumbência recíproca entre os autores e a primeira e terceira rés;
- d) condenou os autores ao pagamento de honorários advocatícios aos segundo, quarto, quinto e sexto réus, no valor de R\$ 3.500,00 para cada réu.

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região negou provimento às apelações interpostas, nos termos do acórdão, assim ementado (e-STJ, fls. 1.673-1.674):

CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. SOFRIMENTO FETAL QUE LEVOU A ENCEFALOPATIA CRÔNICA. DANO. CONDUTA DA EQUIPE MÉDICA E NEXO DE CAUSALIDADE PRESENTES E COMPROVADOS POR PERÍCIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE POR FALHAS NO SERVIÇO PRESTADO POR SEUS CREDENCIADOS. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A DEMORA DA AMBULÂNCIA E A MORTE DA CRIANÇA POSTERIORMENTE. DANOS MATERIAIS COMPROVADOS DEVIDOS. PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MANTIDO O VALOR FIXADO NA SENTENÇA. RAZOABILIDADE E CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1 - Trata-se de apelações em face de sentença que julgou procedente em parte o pedido para condenar a CAARJ e NILCEA NEDER CARDOSO, solidariamente, ao pagamento dos danos materiais experimentados pelos autores, comprovados nos autos, bem como ao pagamento de indenização pelo dano moral sofrido, no valor de R\$250.000.00 (duzentos e cinquenta mil reais) para cada autor, reconhecendo a sucumbência recíproca entre eles. Julgou improcedente o pedido em relação aos réus RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA., UNIMED, TANIA MARIA GUIMARAES DA COSTA NICOLAU, LUIZ FERNANDO SAUBERMANN E LÚCIA ABRAHÃO, condenando os autores ao pagamento de honorários advocatícios, que fixou em R\$3.500,00 para cada réu.

2 - O dever de reparar lesão causada a outrem está previsto no art. 5º, X, da Constituição Federal e arts. 186, 187 e 927 do Código Civil. Para tanto, é necessário que se comprove a presença de uma conduta (ação/omissão voluntária), do dano (lesão juridicamente relevante de ordem

moral, material ou estética), e o nexo de causalidade entre eles.

3 - Dispõe o art. 14, § 4º do CDC que a responsabilidade dos profissionais liberais tem natureza subjetiva, o que impõe a comprovação de culpa. Precedente: STJ, EDcl nos EREsp 605.435/RJ, Min. Raul Araújo. 2ª Seção. DJe 17/04/2013).

4 - As operadoras de planos de saúde respondem solidariamente por falhas nos serviços prestados por profissional médico credenciado. Precedentes: STJ, AgRg no AREsp 194.955/RJ, Rel. Min. SIDNEI BENETI, 3ª Turma, Dje 20/03/2013); STJ, REsp 866.371/RS, Rel. Min. Raul Araújo, 4ª Turma, Dje 20/08/2012.

5 - O laudo pericial produzido reconheceu, de forma incontestada, a conduta imprudente e imperita na condução do parto do filho da parte autora, em razão de não se ter realizado ausculta fetal durante o período expulsivo longo, o que foi a causa da hipóxia fetal sofrida e suas consequências. Presentes, portanto, os requisitos que obrigam à indenização : a conduta, o dano e o nexo causal entre eles.

6 - Afasta-se a responsabilidade da UNIMED por falta de comprovação de que a demora na vinda de ambulância tenha contribuído como causa direta e imediata da morte do filho da parte autora.

7 - Confirmada a responsabilidade solidária, deve a CAARJ arcar com o pagamento dos gastos que decorreram direta e necessariamente da patologia adquirida em razão da conduta culposa no parto, a saber, os valores referentes à fisioterapia e fonoaudiologia, a serem quantificados em liquidação de sentença, de acordo com os documentos constantes nos autos. Pela mesma razão devem ser reembolsados os gastos com a válvula crânica e os bottons de gastrostomia. Os demais gastos, referentes a vacinas, consultas com médicos especializados e tratamento com terapia visual, não foram comprovados e não podem ser reembolsados.

8 - Não comprovou a parte Autora a necessidade de tratamento psicoterápico, sendo de rigor a manutenção da negativa da sentença.

9 - Os danos morais são devidos e deve ser mantido o valor fixado na sentença, que atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sem que se caracterize enriquecimento sem causa. Encontram-se, ainda, em consonância com a recente jurisprudência do STJ. Precedentes: AgRg do REsp 1.362.073. Rel. Min. Paulo Sanseverino, 06/2015; REsp 1024693/SP, Rel. Ministra ELIANA CAIMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2009, DJe 21/08/2009.

10 - Agravo retido não conhecido por falta de requerimento expresso em contrarrazões (art. 523, § 1º, do CPC).

11 - Apelações desprovidas.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.707-1.7717 e 1.787-1.795).

Nas razões do especial (fls. 1.732-1.747, e-STJ), interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF, a insurgente apontou: a) violação dos arts. 131, 436, 437, 438 e 439, § 3º, do CPC/1973, afirmando a ocorrência de valoração equivocada das provas produzidas, pois desconsideradas as conclusões da segunda perícia realizada; e b) divergência jurisprudencial quanto aos parâmetros para a fixação da indenização extrapatrimonial.

As contrarrazões do recurso especial foram apresentadas às fls. 1.803-1.809 (e-STJ).

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 1.942-1.948, e-STJ), o recurso foi

inadmitido, em razão da incidência das Súmulas n.ºs. 7 e 83 do STJ.

Irresignado, a agravante, buscando destrancar o processamento da insurgência, refutou os óbices aplicados pela Corte estadual (fls. 1.979-1.985, e-STJ).

Contraminuta às fls. 1.988-1.994, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. De início, alega a recorrente que as provas produzidas foram equivocadamente valoradas, pois desconsideradas as conclusões da segunda perícia técnica.

Em relação à apreciação do conteúdo probatório constante dos autos, o ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio do livre convencimento motivado, que possibilita ao juiz a livre apreciação/valoração das provas colacionadas aos autos.

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo no sentido pretendido pela recorrente, forçosamente, ensejaria rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO INDENIZATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DOS RÉUS. 1. É pacífico no âmbito desta Corte o entendimento de que, devido à relativa independência entre as instâncias, a absolvição no juízo criminal somente vincula o cível quando reconhecida a inexistência do fato ou declarada a negativa de autoria, o que não é o caso dos autos.

2. A reforma do entendimento do Tribunal estadual acerca da adequada valoração da prova pericial, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas e, conseqüentemente, o reexame das provas anexadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

3. No tocante ao alegado dissídio jurisprudencial, cabe salientar, todavia, que a incidência do referido óbice sobre o tema objeto da suposta divergência impede o conhecimento do recurso lastreado na alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição Federal ante a inexistência de similitude fática.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 811.124/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/08/2018, DJe 10/09/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO. INDIVIDUAL A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS NÃO COMPROVADA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO MONITÓRIO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não configura ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973 o fato de o col. Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte recorrente, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte, suficiente para decidir

integralmente a controvérsia.

2. O acórdão recorrido, analisando detidamente os autos, mediante o exame do instrumento contratual e dos documentos acostados, concluiu ser indubitosa a prestação de serviços pela autora e não comprovada a *exceptio non adimpleti contractus* pela demandada, mantendo a procedência do pedido monitório, com a constituição do título judicial.

3. A reforma do julgado demandaria, necessariamente, o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7/STJ.

4. Registra-se que "a errônea valoração da prova que enseja a incursão desta Corte na questão é a de direito, ou seja, quando decorre de má aplicação de regra ou princípio no campo probatório e não para que se colham novas conclusões sobre os elementos informativos do processo" (AgInt no AREsp 970.049/RO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 04/05/2017, DJe de 09/05/2017).

5. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 226.235/BA, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 02/04/2018)

2. Sustenta, ainda, a insurgente a existência de dissídio jurisprudencial em relação aos parâmetros para a fixação da indenização extrapatrimonial, ao argumento de que o *quantum* indenizatório arbitrado se mostrou claramente discrepante na aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Contudo, da análise das razões recursais, infere-se que a recorrente deixou de apontar os dispositivos legais em relação aos quais teria sido conferida interpretação divergente, sendo de rigor a incidência da Súmula 284 do STF, nos moldes da decisão de admissibilidade proferida na origem.

O recurso especial é um meio impugnativo processual de fundamentação vinculada, no qual o efeito devolutivo se opera nos termos do que foi impugnado. A ausência de indicação expressa da forma pela qual o dispositivo legal teria sido violado ou objeto de interpretação divergente não permite verificar se a legislação federal infraconstitucional foi ou não malferida.

Dessa forma, é de rigor a incidência da Súmula 284 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Nos termos do entendimento desta Corte, os recursos interpostos pela alínea "c" do permissivo constitucional também exigem a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente, bem como a demonstração do dissídio mediante o cotejo analítico dos acórdãos recorrido e paradigmas.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO. [...] DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI VIOLADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. [...] 4. A ausência de indicação do dispositivo de lei que haja interpretação divergente, por outros tribunais, não autoriza o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal (Súmula 284 do STF). Necessário, ainda, o cotejo

analítico com a demonstração de similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas confrontados. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1337221/ES, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 04/11/2016) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.[...] DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO A QUE O ACÓRDÃO TERIA DADO INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284 DO STF. [...] 4. **Inviável análise de recurso especial interposto pela alínea c do permissivo constitucional que não indica, com clareza e precisão, os dispositivos de lei federal em relação aos quais haveria dissídio jurisprudencial. Incidência da Súmula nº 284 do STF.** Precedente. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 733.193/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 08/11/2016) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA - CORRENTE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. SÚMULA N. 284/STF. REPETIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO. POSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. [...] 2. **O conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente, bem como a demonstração do dissídio mediante o cotejo analítico dos acórdãos recorrido e paradigmas (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC), ônus dos quais o recorrente não se desincumbiu. Desse modo, incide, de forma analógica, o enunciado n. 284 da Súmula do STF.** [...] 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1545012/SC, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 14/10/2015) [grifou-se]

Inafastável, portanto, o teor da Súmula 284/STF.

**3.** Do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator